

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2013



**VII CONGRESSO NACIONAL DA CNPL
GRUPOS DE TRABALHO, REUNIDOS EM PLENÁRIAS, APROVAM SUGESTÃO DE
RELATÓRIO FINAL REITERANDO POSICIONAMENTO POLÍTICO DA CNPL**



esq/direita: Relatores do VII Congresso Nacional da CNPL
Danilo Caser, José Ribeiro, Luiz Sérgio e Alberto Fernandes

Ao se reunirem para debater os principais temas discutidos durante a realização do VII Congresso Nacional e encaminharem sugestões voltadas para a definição dos Rumos e Metas da entidade durante o próximo quadriênio da nova gestão, os participantes foram enfáticos em apontar a necessidade de se privilegiar a adoção de um discurso único em prol do fortalecimento das posições políticas e do ideário defendido pela instituição, a partir de um amplo consenso entre suas entidades associadas.

Posicionamento político da CNPL

O ideário político elaborado e apresentado para aprovação das plenárias do VII Congresso Nacional da CNPL englobou os seguintes temas, com a respectiva posição da Confederação e de suas entidades associadas:

Fator previdenciário

Como uma Confederação representativa de trabalhadores que, ao longo de sua vida produtiva, contribuem para os cofres da previdência social em busca de uma digna e justa aposentadoria, se posiciona a favor da derrubada do fator previdenciário, que em seu entendimento, penaliza todos os trabalhadores, independentemente da categoria a que pertençam. Para a CNPL, a manutenção do fator previdenciário com o intuito de buscar equilíbrio das contas governamentais à custa da justa aposentadoria dos trabalhadores configura-se, tão somente, em manobra desleal e oportunista.

Redução da Jornada de Trabalho

É público e notório que, mais que políticas assistencialistas, o que traz dignidade e cidadania plena é a oferta de emprego. E neste sentido, uma possibilidade real, factível e de fácil execução repousa na redução da jornada de trabalho, o que possibilitaria, sem o advento de grandes custos e de reengenharias rocambolescas, na imediata oferta de novos postos de trabalhos para um grande número de brasileiros. A CNPL entende que a adoção de tal medida beneficiaria não somente àqueles que teriam acesso aos novos postos de trabalho, com também aos empresários e ao governo, que veriam o ciclo virtuoso da economia se intensificar.



Diretores da Fedcont e dos Sindicatos de Volta Redonda, Nova Friburgo, Campos e Petrópolis

Flexibilização do contrato de trabalho para profissionais liberais estrangeiros no Brasil

Em relação a este tema, que ganhou recente destaque em função da sugestão de o governo federal em importar seis mil médicos cubanos, e que a CNPL já vinha denunciando há tempos, nossa posição é clara e irrefutável: somos a favor, desde que observados o direito à reciprocidade e a estrita observância aos trâmites legais dispostos no Estatuto do Estrangeiro em relação às condições necessárias para que o estrangeiro, em especial o profissional liberal, possa trabalhar no País. Mas, acima de tudo, a CNPL propugna que antes de se convocar profissionais qualificados de outras paragens, se ofereçam condições de os profissionais brasileiros se qualificarem, em todos os níveis.

Regulamentação do sistema de Cooperativas de Trabalho

Aqui a CNPL se coloca frontalmente contra a tentativa escancarada da precarização das relações de trabalho dos profissionais liberais, atentando diretamente contra conquistas históricas dos direitos trabalhistas, preconizados pela CLT e por nossa lei maior, a Constituição Federal. Através da criação deste 'instrumento legal', na verdade, se busca criar um imenso cenário de terceirização e 'pejotização' das relações de trabalho, beneficiando somente a classe patronal, em detrimento dos trabalhadores.

Respeito e atendimento aos anseios das minorias

Respeito é bom e eu gosto! Essa assertiva universal é encampada em gênero, número e grau pela CNPL que defende intransigentemente a inclusão, jamais a exclusão; a igualdade, nunca a opção pelo tratamento preconceituoso; o acesso universal ao progresso, ao bem estar, ao crescimento e ao saber.

Defesa intransigente da CLT

Mais que uma defesa intransigente da CLT e das conquistas e direitos ofertadas aos trabalhadores brasileiros, a CNPL vem se contrapor aos detratores desta atualíssima legislação trabalhista, à despeito de suas sete décadas de vigência. A cada vez que se pretende modernizar a legislação trabalhista brasileira, em nome dos novos tempos ou de novos paradigmas nas relações profissionais, pode-se ter uma única certeza; as vítimas serão os trabalhadores que serão penalizados com a perda de seus direitos arduamente conquistados. O respeito e a salvaguarda do espírito da CLT garantirão que outra grande luta dos trabalhadores brasileiros, contra a flexibilização das relações de trabalho, alcance pleno êxito.



Diretores da Fedcont e dos sindicatos filiados presentes no VII Congresso

Tabela de Categorias

Uma vez mais se faz necessária a tomada de posição contra a excessiva e indevida intromissão do governo na organização sindical ao agir ao arripio da legislação trabalhista, e o que é pior, do bom senso, no que diz respeito a alterações das Tabelas de Categoria, condenando os profissionais liberais ao desabrigo de suas legítimas atividades sindicais e dos seus direitos mais básicos na busca de crescimento e progresso profissional.

Financiamento Sindical

Em relação a este tema cabe mais que uma defesa, uma mera reivindicação. Lutamos pela manutenção e a justa remuneração das entidades sindicais através da Contribuição Sindical, que é a garantia de que não apenas os trabalhadores sindicalizados, mas TODOS os trabalhadores, de TODAS as categorias de profissionais liberais serão dignamente representados com independência, eficiência e transparência.

Contra as práticas antissindicais

Aqui nos posicionamos sistematicamente contra entidades e corporações que, deturpando sua orientação institucional e estatutária se arvoram em ocupar espaços destinados aos verdadeiros e legalmente constituídos representantes dos trabalhadores: os sindicatos,

federações e confederações. Aos usurpadores das nossas prerrogativas o nosso mais veemente repúdio!

Pela conquista e manutenção da Unicidade Sindical

Por fim, mas não por último, essa é a meta defendida pela CNPL como síntese de um movimento sindical coeso, propositivo, proativo e suprapartidário. A certeza de que os interesses dos trabalhadores não serão sobrepostos e tampouco negligenciados. Por um sindicalismo moderno, transparente, eficiente e realmente representativo. O momento político, social e econômico brasileiro requer um sindicalismo responsável e atuante.

Em defesa da Garantia ao Trabalho, conforme o disposto no artigo 7º da Constituição Federal

Sob esse tema, a posição da CNPL é categórica: se consta da lei maior do País, cumpra-se! A garantia ao trabalho é, em nosso entendimento, a maior garantia de bem estar social, dignidade humana e cidadania plena.

Quem somos

Outro tema que emergiu com bastante força nos debates entre os grupos foi a necessidade de que a CNPL difunda e esclareça, cada vez mais, o verdadeiro sentido do termo profissional liberal, "Para todos os fins e efeitos, o parágrafo único, do artigo 1, dos estatutos da CNPL, define o profissional liberal como sendo aquele legalmente habilitado a prestação de serviços de natureza técnico-científica de cunho profissional com a liberdade de execução que lhe é assegurada pelos princípios normativos de sua profissão, independentemente de vínculo da prestação de serviço".

Para o presidente Carlos Alberto de Azevedo esta é uma demanda da maior pertinência. "Ao longo dos muitos anos de atividade sindical na área das profissões liberais, não raro me deparo com o conceito equivocado que profissional liberal é patrão, não sendo reconhecido como tal na figura do empregado remunerado. Ledo engano, pois o profissional liberal é um trabalhador como outro qualquer, contribuindo com seu esforço, empreendedorismo e pagamento de impostos, para o crescimento do País", reforçou.

Acompanhamento socioeconômico

Outra sugestão importante foi no sentido de a CNPL e suas Federações apoiem e viabilizem a realização de pesquisa de mercado, específica de cada categoria, sobre o mercado de trabalho. Que a CNPL e as Federações verifiquem a existência de tais pesquisas nas mais diversas fontes, tais como IBGE (censo de 2010), DIAP, DIEESE, e caso não existam, sejam operacionalizadas através de convênios.

Em relação ao piso salarial e tendo em vista as dificuldades relatadas pelas diversas categorias que tentam a anos aprovar pisos salariais junto ao Congresso Nacional, recomendou-se que aquelas categorias que já conseguiram obtê-lo através de convenções coletivas, que continuem na mesma trilha aperfeiçoando e melhorando. As demais categorias, recomenda-se tentar inserí-las na legislação do salário mínimo regional e por último, recomendou-se também que seja aprovado em Jassembleia da categoria piso que leve em consideração parâmetros remuneratórios já praticados no Estado;

Ação sindical e educação

Entre outras diretrizes emanadas do congresso, apoiou-se reforçar as campanhas de conscientização visando aumentar a sindicalização dos profissionais das mais diversas categorias; Lutar pela melhoria do ensino, em todos os seus níveis, para valorização do trabalho do profissional liberal em prol da sociedade; e recomendar que a CNPL e as

Federações filiadas incentivem o bom relacionamento entre os Sindicatos e os Conselhos Profissionais, para que haja benefício mútuo, pois assim agindo, quem ganha são as categorias e a sociedade em geral. Com informação da CNPL

COMISSÃO REJEITA PROJETO SOBRE REELEIÇÃO MANDATO DE DIRIGENTE SINDICAL

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) rejeitou, nesta quarta-feira (26), o PLS 106/2012, do senador Ivo Cassol (PP-RO), que altera a CLT para dispor que os dirigentes sindicais somente poderão ser reeleitos para um único período subsequente. No colegiado foi aprovado o parecer do relator, senador Wellington Dias (PT-PI), pela rejeição da matéria. Segundo o relator, "o tema da reeleição para cargos de administração ou representação sindical deve ser resolvido pelos próprios interessados, conforme determina o princípio da liberdade sindical, consagrado pela Constituição de 1988". Agora será feita a leitura do parecer no plenário do Senado. Não havendo recurso contrário à decisão terminativa da CAS, a proposta será arquivada. Fonte: DIAP

CENTRAIS E MST CONVOCAM DIA NACIONAL DE LUTA GREVES E PARALISAÇÕES EM 11 DE JULHO



Centrais e MST convocam dia nacional de luta, greves e paralisações em 11 de julho

Presidente da CSB destaca importância da reconstrução da unidade das centrais para lutar por melhorias efetivas para o povo

Reunidas na manhã desta terça-feira (25), as centrais sindicais (CSB, CUT, CTB, Força, UGT, CSP/Conlutas, CGTB e NCST) e o MST decidiram organizar atos conjuntos – do movimento sindical e social – no próximo dia 11 de julho para cobrar a implementação da pauta trabalhista que defende a redução da jornada de trabalho, o fim do fator

previdenciário, a regulamentação da terceirização, a reforma agrária e mais investimentos nos serviços públicos.

Esta foi a primeira reunião unificada de todas as centrais sindicais existentes no país desde o governo Lula. Além do calendário de manifestações, os dirigentes sindicais discutiram a pauta conjunta que será apresentada durante a reunião com a Presidenta Dilma Rousseff, amanhã, às 9h30, no Palácio do Planalto.

“Atualmente existe um movimento nítido da direita de usurpar o comando das manifestações populares que ocorreram no país, que são fruto da insatisfação latente do povo com a falta de respostas concretas das instituições públicas em todos os níveis. Temos agora que canalizar esta energia para que o Brasil avance efetivamente com a redução da jornada, com investimento de 10% do PIB em educação, com a melhoria do sistema de transporte coletivo, da saúde pública, com a regulamentação da terceirização, com o fim do fator previdenciário, entre outros pontos”, disse Antonio Neto.



presidentes das centrais sindicais discutem plano de lutas e greve geral

Ao fazer uma análise da situação do país, o presidente acrescentou que a falta de diálogo do governo com o movimento social contribuiu com o quadro atual. “Sejamos francos, o governo federal contribuiu em demasia para esta situação. Errou muito na articulação política, encerrou o diálogo com o movimento sindical e priorizou o diálogo e o favorecimento com os capitalistas que deram sustentação ao governo tucano.

O Ministério do Trabalho, interlocutor com o movimento sindical, foi esvaziado e o órgão responsável pela interlocução com os movimentos sociais deixou de priorizar a sua função. Enquanto isso, alguns setores da mídia potencializaram a criminalização do movimento sindical, colocando a reforma sindical no centro do debate e da solução dos problemas nacionais, promovendo a divisão de uma unidade que levou anos para ser construída”, disse. Fonte: CSB em 25/06/13

PEC DO TRABALHO ESCRAVO É APROVADA NA CCJ E VAI A PLENÁRIO

A PEC do Trabalho Escravo avançou mais uma etapa em sua tramitação no Senado: a matéria foi aprovada há pouco na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Mas, para que isso fosse possível, foi necessário um acordo que prevê a votação de um

projeto que defina o que é trabalho escravo e de outro que defina como seriam os processos de desapropriação das terras onde ocorrer esse tipo de crime. A PEC 57A/99 ainda tem de ser votada no plenário do Senado, em dois turnos.

Relator da PEC, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) afirma que o acordo foi necessário para que a proposta tenha chances de ser aprovada no plenário do Senado sem ser alterada. Se houver mudanças, o texto terá de retornar à Câmara dos Deputados, onde enfrentou a resistência dos parlamentares vinculados ao agronegócio e só foi aprovado depois de 11 anos.

Aloysio Nunes explicou que, pelo acordo anunciado na manhã desta quinta-feira (27), tanto a PEC quanto os projetos que regulamentam o trabalho escravo serão votados no plenário do Senado ao mesmo tempo. (Fonte: *Agência Senado*)

TERMINA AMANHÃ PRAZO PARA EMPRESAS ENVIAREM DECLARAÇÕES À RECEITA

As empresas tributadas pelo lucro real, presumido ou arbitrado, bem como as entidades sem fins lucrativos, têm até amanhã (28) para entregar à Receita Federal a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) deste ano, relativa a 2012.

A entrega termina às 23h59min59s do dia 28 de junho, último dia útil do mês.

O programa para o preenchimento da declaração está disponível no site da Receita Federal.

Para a transmissão, é preciso usar o Receitanet, programa também disponível no mesmo site. A expectativa é que 1,5 milhão de empresas entreguem o documento.

A DIPJ é usada pelas empresas para o pagamento dos seguintes tributos: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Programa de Integração Social (PIS).

Por meio da declaração, a Receita tem acesso ao balanço das empresas e pode fazer o cruzamento com outras declarações, como a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

Não precisam apresentar a DIPJ as empresas que fizeram a opção pelo Simples Nacional, os órgãos públicos, as autarquias, as fundações públicas e as empresas inativas.

Caso não apresente a declaração até o prazo, a empresa estará sujeita a multa de 2% ao mês sobre o IR informado na DIPJ, ainda que integralmente pago, limitada a 20%. A multa mínima é de R\$ 500.

A Receita alerta para o risco de os contribuintes deixarem para enviar a declaração nos últimos dias, pois pode haver dificuldades devido ao acúmulo de acessos ao site da Receita. Fonte: Folha de S.Paulo

DEFASAGEM NA TABELA DO IR CONSOME QUASE METADE DO 13º SALÁRIO DO TRABALHADOR

A tabela progressiva do Imposto de Renda acumula atualmente uma defasagem de 66,4% em relação à inflação, segundo cálculos do Sindifisco Nacional. Essa discrepância faz com

que a Receita Federal chegue ao bolso de cada vez mais brasileiros, consumindo os seus novos rendimentos.

Um exemplo claro disso é o que ocorre com um contribuinte que ganha R\$ 2.784,81 por mês. Se a tabela tivesse sido integralmente corrigida, ele seria isento de IR. No entanto, de acordo com as alíquotas vigentes, é obrigado a entregar ao Leão durante o ano quase metade do seu 13º salário.

Os cálculos foram feitos pelo consultor financeiro e diretor do Grupo PAR Marcelo Maron. Segundo ele, o governo federal se vale da inflação para aumentar o imposto sobre as pessoas físicas.

“É uma forma silenciosa e injusta de aumentar substancialmente a carga tributária sobre os assalariados, especialmente os que ganham menos. A tabela deveria ser reajustada a cada ano com, no mínimo, a variação da inflação. Como isto não ocorre, as pessoas com uma renda baixa, antes isentas, são descontadas no imposto de renda na fonte”, destaca Maron.

Base de cálculo mensal em R\$	Alíquota %
Até 1.710,78	-
De 1.710,79 até 2.563,91	7,5
De 2.563,92 até 3.418,59	15,0
De 3.418,60 até 4.271,59	22,5
Acima de 4.271,59	27,5

Fonte: Receita Federal

Defasagem. O limite de isenção do IR válido para 2013 é de R\$ 1.710,78 (veja a tabela acima). Quem ganha até este valor, portanto, está isento. Caso a tabela tivesse sido corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), esta cifra estaria hoje em R\$ 2.784,81.

Com este rendimento, o contribuinte paga por mês R\$ 97,12 de imposto retido na fonte. Em um ano, levando-se em conta 13 salários, o trabalhador pagará R\$ 1.262,58 ao Fisco. “Na prática, o Leão está consumindo quase a metade do 13º salário de uma pessoa que não pagaria nada se o reajuste da tabela estivesse ocorrendo como deveria”, explica Maron.

Salário mínimo. As correções inferiores à inflação, ou a total ausência de reajustes, combinadas com o aumento do salário mínimo, são os responsáveis pelo fenômeno. A tendência pode ser observada desde 1996, quando houve o congelamento da tabela do IR, que durou até 2001. Nos anos seguintes, todos os reajustes que ocorreram foram inferiores ao IPCA.

O resultado disso é o aumento da tributação sobre o assalariado. Em 1996, a isenção do imposto beneficiava quem recebia até 6,55 salários mínimos, segundo levantamento da consultoria Ernst & Young. Em 2013, essa relação despencou para 2,52.

“Tendo em vista que o salário mínimo cresce bem acima da inflação, se a tabela do IR continuar sendo corrigida da forma atual, em alguns anos poderemos não ter mais faixas isentas de imposto”, alerta Maron. Fonte: O Estado de S.Paulo

56ª CONVENÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Hotel Atlântico Búzios Convention & Resort Búzios

Endereço: Estrada da Usina, nº 294, Praia da Armação
Armação dos Búzios – RJ Tel.: (22) 2620-8850.

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Brasileira de Contabilidade, com o apoio da Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, realizarão nos dias 19 a 21 de setembro de 2013, na cidade de Armação de Búzios, Rio de Janeiro (“região dos lagos”). Segue abaixo a programação e outras informações: www.crc.org.br